

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
MBA EM GERÊNCIA DE SISTEMAS LOGÍSTICOS**

**MAURÍCIO CÉSAR FALLEIROS LEAL**

**LOGÍSTICA DAS FORÇAS ARMADAS E PROCESSOS DE AQUISIÇÃO  
EM TEMPO DE PAZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial à MBA em Gerência de Sistemas  
Logísticos, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof Darli Rodrigues Vieira

**CURITIBA  
2008**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	03 - 04
2 ESTRUTURA DAS FORÇAS ARMADAS.....	05 - 09
3 GESTÃO DE ATIVIDADES NAS FFAA.....	10
4 DOCTRINA LOGÍSTICA PARA AS FORÇAS ARMADAS.....	11
5 NÍVEIS DO SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR.....	12
6 FORMAS DE APOIO LOGÍSTICO.....	13
7 SITUAÇÃO DE GERENCIAMENTO.....	14
8 - FASES DA LOGÍSTICA MILITAR.....	15
9 DEFINIÇÕES PARA LOGÍSTICA MILITAR.....	16
10 - FUNÇÕES LOGÍSTICAS ADOTADAS NAS FFAA.....	17
10.1 RECURSOS HUMANOS.....	18
10.2 SAÚDE.....	19
10.3 SUPRIMENTO.....	20
10.4 MANUTENÇÃO.....	21
10.5 TRANSPORTE.....	22
10.6 ENGENHARIA.....	23 - 24
10.7 SALVAMENTO.....	25
11 - EQUIPAMENTOS DE EMPREGO MILITAR.....	26
12 - LOGÍSTICA EM TEMPO DE PAZ.....	27 - 28
13 - LOGÍSTICA EM ESTADO DE GUERRA.....	29
14 - SISTEMA DE COMPRAS NAS FFAA.....	30 - 31
15 - SISTEMA DE CATALOGAÇÃODAS DAS FFAA.....	32 - 33
16 – CONCLUSÃO.....	34 – 36
17 – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	37 - 38

## 1 - INTRODUÇÃO

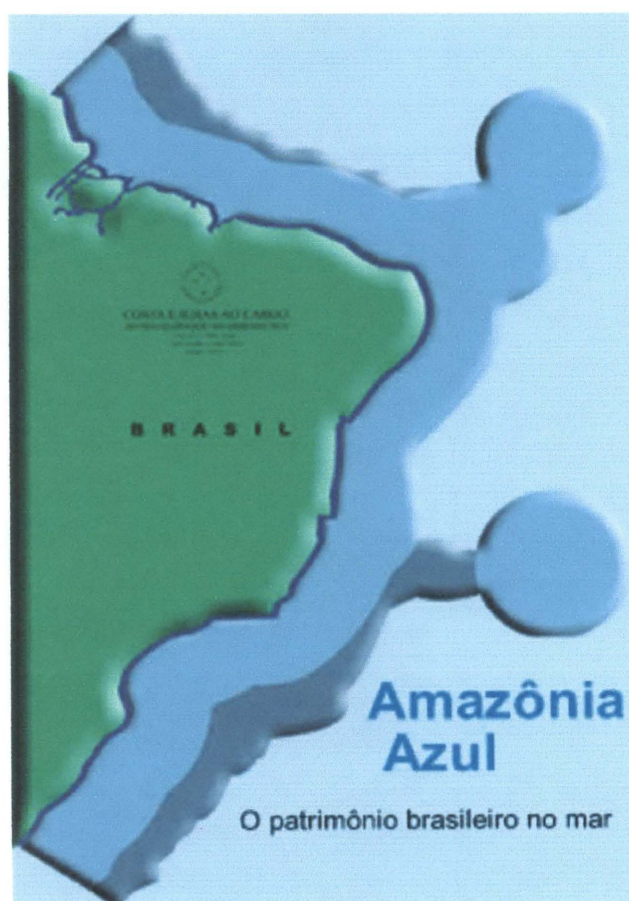
A história da Logística das Forças Armadas remonta ao Brasil colônia, no Século XVIII, em 1767, foi criada na Cidade do Rio de Janeiro a primeira Organização Militar de transporte do Exército português estacionada no Brasil – “Remeiros do Arsenal de Guerra da Corte”. Sua missão era transportar munições, equipamentos e gêneros alimentícios para os quartéis e fortificações localizadas na Baía de Guanabara. Nessa mesma época, em três de março de 1770, o Rei D. José I e o Primeiro Ministro D. Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, criam a função de Intendente da Marinha no Arsenal da Bahia, com encargos administrativos e logísticos compatíveis com a época: vistoriar a carga dos navios; fazer as arqueações e fiscalização das embarcações; comprar os gêneros necessários aos armazéns reais; vistoriar as obras reais; fiscalizar as matas, os cortes e a exploração das madeiras; controlar os hospitais militares; administração, segurança e disciplina dos Arsenais; supervisão da construção naval; e socorro naval.

A Logística Militar no Brasil acompanhou as mudanças sócias econômico culturais do nosso país, evoluindo nos momentos possíveis e adaptando-se nas fases menos favoráveis. Em síntese, manteve-se dimensionada à realidade nacional. Motivada por nova doutrina (Francesa, Americana ou nacional), imposta por conflitos (Guerra o Paraguai, Canudos, 2ª Guerra Mundial, Missão de Paz ) ou derivada do pensamento da sociedade organizada (Modernização das Forças Armadas), a Logística Militar retrata, atualmente, o esforço das Forças Armadas em se manterem prontas para o cumprimento de sua Missão Constitucional.

Ainda nesse contexto histórico, visualizando um futuro de médio prazo identifica-se que a continentalidade de nosso território, 8.511.965 Km<sup>2</sup>; 7.408 km de costa; 15.000 km de fronteira seca; o natural crescimento da economia nacional, participando do cenário competitivo mundial; a variedade de riquezas minerais, muitas em processo de esgotamento no mundo; nossas possibilidades agropecuárias e nossa riquíssima Plataforma Continental, principal fonte de petróleo para o Brasil, elevará o grau de prioridade às questões de Defesa Nacional, destacando-se a importância do poder bélico, como instrumento diplomático de dissuasão.

Sobre nossa Plataforma Continental, ressalta-se, também, que o território marítimo brasileiro tem cerca de 3,6 milhões de km<sup>2</sup>. O Brasil está pleiteando, junto a ONU, um acréscimo de 900 mil km<sup>2</sup> a essa área, em pontos onde a Plataforma Continental vai além das 200 milhas náuticas (370 km). Caso aceita a proposta brasileira, as águas jurisdicionais brasileiras somarão quase 4,5 milhões de km<sup>2</sup>. Uma área maior do que a Amazônia verde.

Uma Amazônia em pleno mar.



## 2 - ESTRUTURA DAS FORÇAS ARMADAS

Conforme artigo 1º, da Seção I, do Capítulo I, da Constituição Federal às Forças Armadas (**FFAA**) são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina. Atendendo essa premissa constitucional cada Força Armada agrupa-se em sistemas de atividade correlatos, estruturando-se em comandos operacionais, departamentos ou equivalentes, com suas diretorias, secretarias, assessorias e outros órgãos subordinados.

Em 10 de junho de 1999 é criado o Ministério da Defesa (**MD**), órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas. Uma de suas principais tarefas é o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, caso da Política de Defesa Nacional (**PDN**), atualizada em julho de 2005. O MD é o principal articulador de ações que envolvam mais de uma Força Singular. (**Constituição Federal do Brasil**)

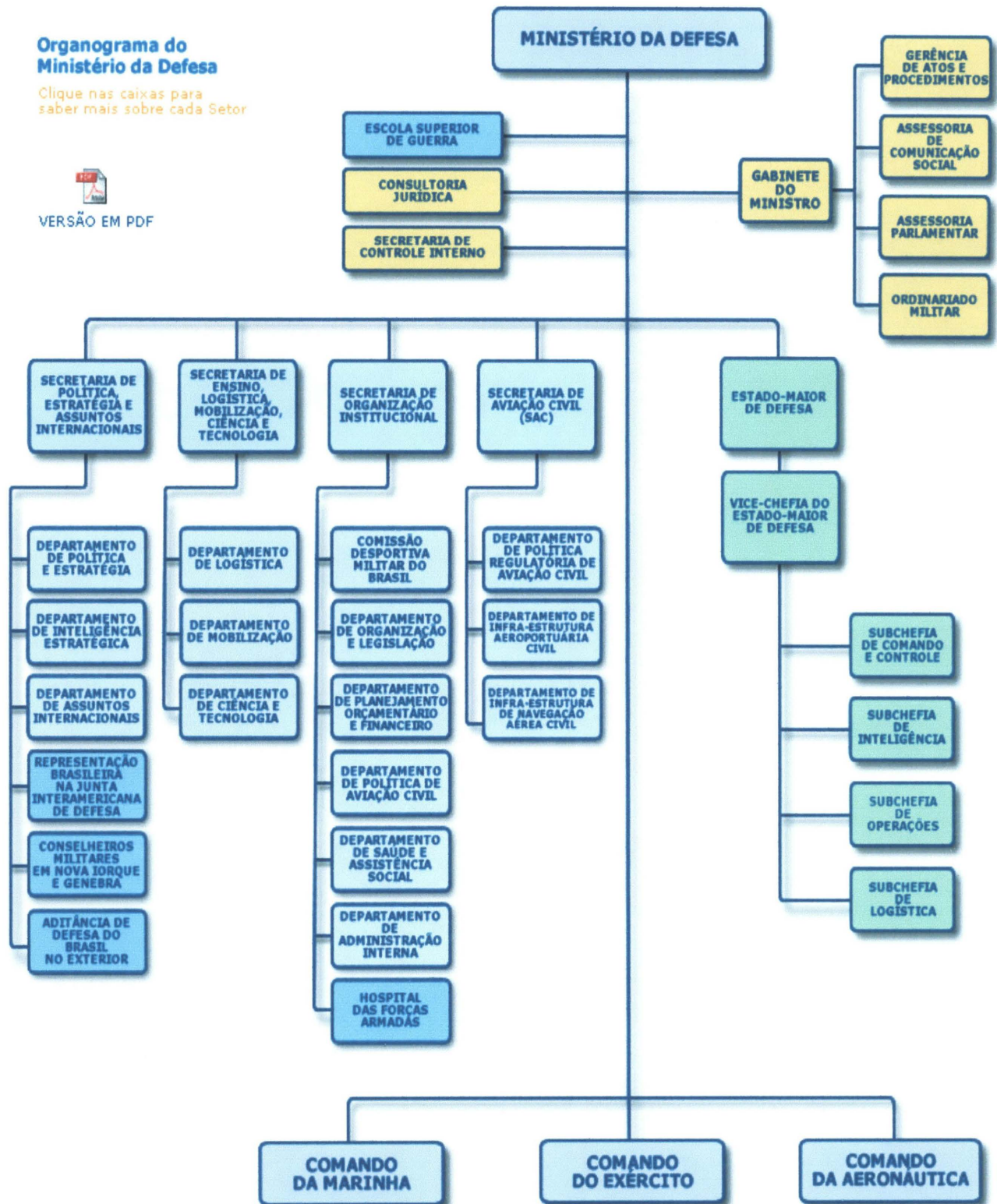
## MINISTÉRIO DA DEFESA

### Organograma do Ministério da Defesa

Clique nas caixas para saber mais sobre cada Setor



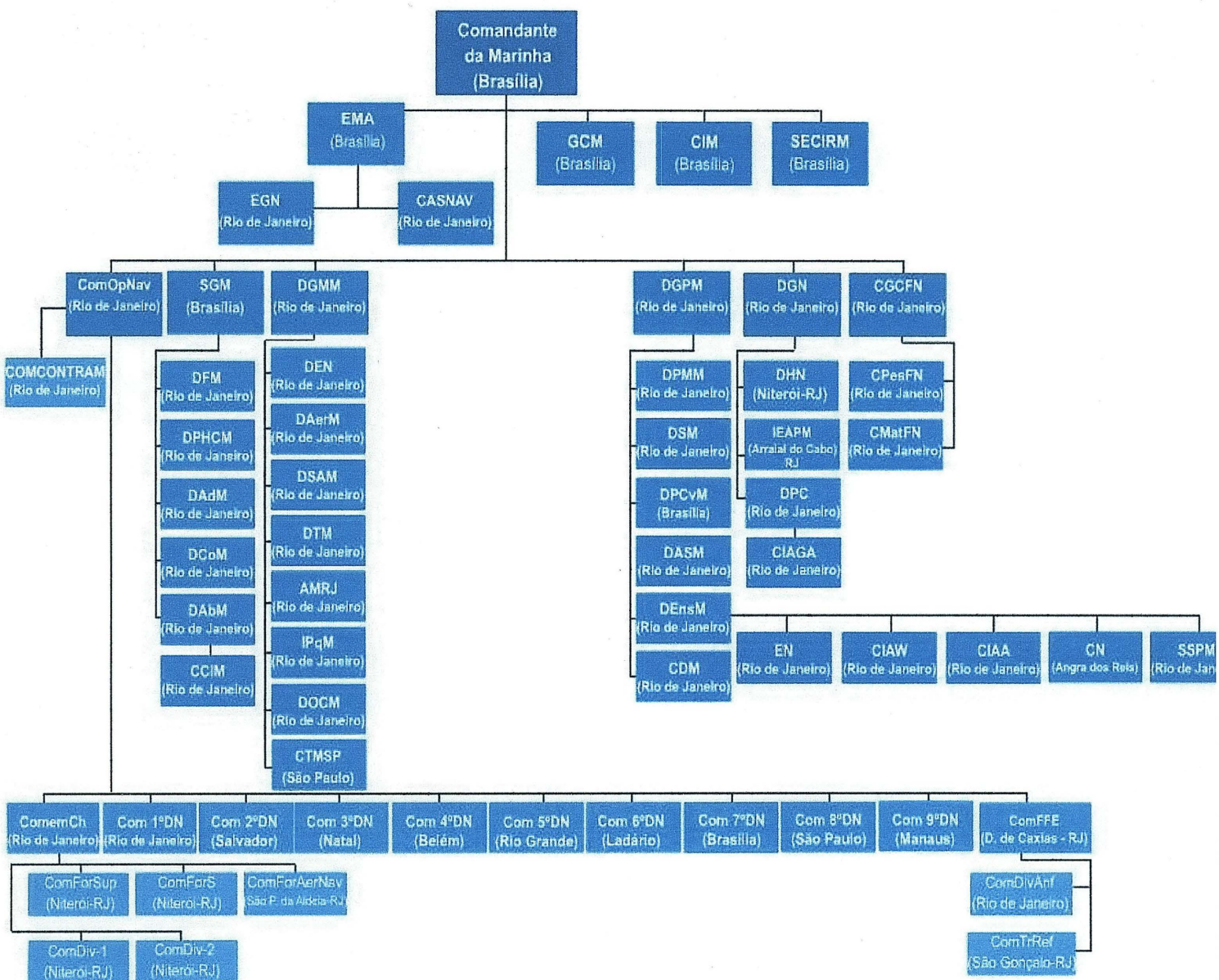
VERSÃO EM PDF



([www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br))

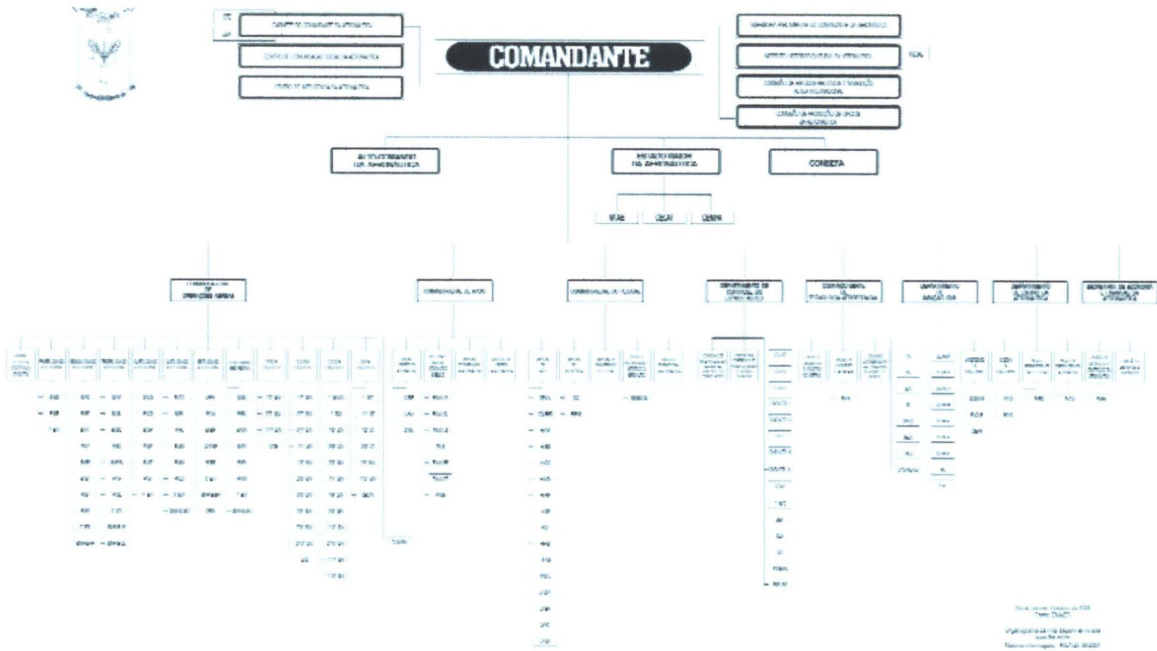


# ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO DA MARINHA DO BRASIL



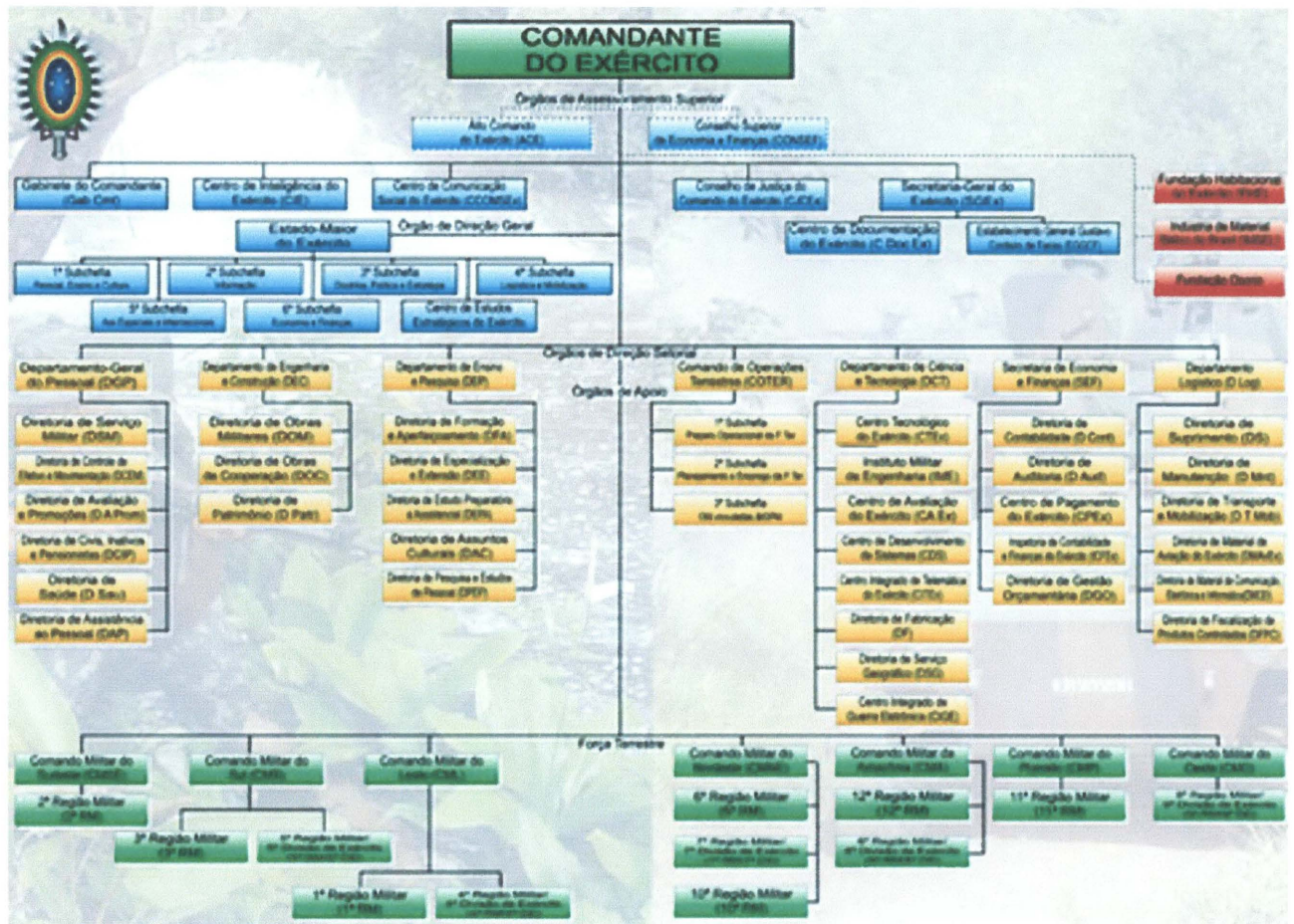
([www.mar.mil.br](http://www.mar.mil.br))

**ESTRUTURA DO COMANDO DA AERONÁUTICA**



(www.fab.mil.br)





(www.exercito.mil.br)

### **3 - GESTÃO DE ATIVIDADES NAS FFAA**

A exemplo de outros órgãos e da iniciativa privada identificam-se nas FFAA dois seguimentos de gestão de atividade:

1 - Atividades Finalísticas - voltadas para a missão constitucional de cada Força, seja em adestramento ou em guerra; e

2 - Atividades Meio - prevê e prove o suporte necessário para a Atividade Fim.

#### **4 - DOCTRINA LOGÍSTICA PARA AS FORÇAS ARMADAS**

A Portaria nº 614/MD, de 24/10/2002, dispõe sobre Doutrina de Logística Militar. Esse diploma trata da base doutrinária para desenvolvimento de estudos voltados à aplicabilidade, conceituação e normatização da Logística Militar para as três FFAA.

Com o advento da aprovação, pelo Congresso Nacional, da lei 11.631, de 27 de dezembro de 2007, Lei de Mobilização, a referida portaria entrará em processo de revisão.

## 5 - NÍVEIS DO SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR

Nível Estratégico Nacional - Voltado para o desenvolvimento e para a defesa nacional, de responsabilidade do Governo Federal, sendo realizado pelos diversos Ministérios e Secretarias de Estado de acordo com a Política Nacional vigente.

Nível Estratégico Militar – Trata do planejamento logístico de natureza exclusivamente militar no mais alto nível, conforme orientação do Comandante Supremo das FFAA. É realizado pelo MD por meio do Estado-Maior de Defesa, órgão encarregado do planejamento conjunto e da coordenação operacional das forças singulares.

Nível Operacional – Realizado no nível comando em cada força singular.

Nível Tático – Neste nível as atividades de planejamentos são diretamente ligadas às diretrizes de planejamento dos escalões superiores, ou seja, planejam-se e executam-se as diretrizes superiores. (Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003).

Diferentemente das FFAA, provavelmente por questões culturais, a iniciativa privada considera o Nível Tático acima do Nível Operacional.

## 6 - FORMAS DE APOIO LOGÍSTICO E SITUAÇÕES DE GERENCIAMENTO

### 6.1 Formas de apoio

a. Apoio direto – É aquele proporcionado por um elemento de apoio logístico a uma unidade ou fração específica. É realizado se o gerente puder exercer convenientemente controle sobre o elemento de apoio. Caracteriza-se pela ligação permanente entre o elemento de apoio e apoiado, cabendo a este determinar as prioridades dos trabalhos a serem realizados.

b. Apoio ao conjunto – É aquele proporcionado por um elemento de apoio logístico em relação a todos ou vários elementos apoiados com os quais possui vinculação específica. Nessa situação, o gerente de apoio logístico pode exercer efetivo controle sobre as ações logísticas e sobre os meios de apoio. As prioridades de apoio são estabelecidas pelo gerente logístico.

c. Apoio por área – É aquele proporcionado por um elemento de apoio logístico em relação a elementos apoiados, sem vinculação específica, localizados em uma área geográfica definida ou que por ela transitam. Da mesma forma que no apoio ao conjunto, o gerente logístico mantém efetivo controle das ações logísticas e de seus meios, bem como do estabelecimento das prioridades de apoio.

d. Apoio suplementar – É aquele proporcionado por um elemento de apoio logístico a outro elemento de apoio logístico, para aumentar a sua capacidade de apoio.

e. Apoio específico – É aquele proporcionado por um elemento de apoio logístico a um elemento apoiado, em determinada e específica tarefa logística. (Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003).



## 7 - SITUAÇÃO DE GERENCIAMENTO

a. Reforço - É a situação em que um órgão de apoio logístico ou fração dele fica temporariamente subordinada a outro órgão para fins de apoio logístico.

b. Integração – É a situação em que um órgão logístico fica temporariamente subordinada a outro órgão, para fins de apoio logístico.

c. Controle Operacional – É a situação em que um órgão fica temporariamente subordinado a outro para cumprir determinadas missões ou tarefas específicas, normalmente, limitadas. (Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003).

## 8 - FASES DA LOGÍSTICA MILITAR

Pela sua importância, destacam-se as seguintes fases:

- a) Determinação das Necessidades;
- b) Obtenção; e
- c) Distribuição.

(Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)

## 9 - DEFINIÇÕES PARA LOGÍSTICA MILITAR:

Logística Militar – É o conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos e dos serviços necessárias à missões das FFAA.

Função Logística – É a reunião, sob uma única designação, de um conjunto de atividades logísticas afins, correlatas ou de mesma natureza.

Atividade Logística – É um conjunto de tarefas afins, reunidas segundo critérios de relacionamento, interdependência ou similaridade. (Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003).

**FUNÇÃO LOGÍSTICA ⇒ ATIVIDADES LOGÍSTICAS ⇒ TAREFAS**

## 10 - FUNÇÕES LOGÍSTICAS ADOTADAS NAS FFAA

10.1 Recursos Humanos;

10.2 Saúde;

10.3 Suprimento;

10.4 Manutenção;

10.5 Transporte;

10.6 Engenharia; e

10.7 Salvamento.

(Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)

## 10.1 RECURSOS HUMANOS

A função logística Recursos Humanos (RH) refere-se ao conjunto de atividades relacionadas com o gerenciamento dos recursos humanos. Tem a seu cargo planejar, integrar e controlar as atividades de administração, levantamento das necessidades, procura e admissão, preparação e bem-estar do pessoal, além da manutenção do moral militar, desde o tempo de paz e em apoio às FFAA em tempo de guerra.

A função logística RH possui características peculiares no âmbito de cada força singular, na maioria de suas atividades. Tais peculiaridades indicam que seus processos de planejamento, administração e execução devam ser conduzidos no âmbito de cada força armada componente do estado de guerra. (Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003).

São atividades da Função Logística Recursos Humanos:

- a) Levantamento das necessidades;
- b) Procura e admissão;
- c) Preparação;
- d) Administração; e
- e) Bem-estar e manutenção do moral.

(Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003).



## 10.2 SAÚDE

A função logística saúde refere-se ao conjunto de atividades relacionadas com a conservação dos recursos humanos nas condições adequadas de aptidão física e psíquica, por meio de medidas sanitárias de prevenção e de recuperação, bem como a conservação da saúde dos animais pertencentes a cada força. (Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003).

São atividades da Função Logística Saúde:

- a) Levantamento das necessidades;
- b) Determinação de padrões psicofísicos;
- c) Seleção médica;
- d) Medicina preventiva; e
- e) Medicina curativa.

(Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)

### 10.3 SUPRIMENTO

A função logística suprimento refere-se ao conjunto de atividades que trata da previsão e provisão do material de todas as classes de suprimento catalogados nas FFAA. Tem como atividade o levantamento das necessidades, a obtenção e a distribuição.

A palavra “suprimento” pode ser, também, empregada com sentido geral de item, artigo ou material.

São atividades da Função Logística Suprimento:

- a) Levantamento das necessidades;
- b) Obtenção; e
- c) Distribuição.

(Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)

Os suprimentos dividem-se nas seguintes Classes:

Classe I – Material de Subsistência

Classe II – Material de Intendência

Classe III – Combustíveis e Lubrificantes

Classe IV – Material de Construção

Classe V – Armamento e Munição

Classe VI – Material de Engenharia e de Cartografia

Classe VII – Material de Comunicações, Eletrônica e de Informática

Classe VIII – Material de Saúde

Classe IX – Material Naval, de Motomecanização e de Aviação

Classe X – Materiais não incluídos nas demais classes

(Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)

## 10.4 MANUTENÇÃO

A função manutenção refere-se ao conjunto de atividades que são executadas visando manter o material na melhor condição para emprego e, quando houver avarias, reconduzi-lo àquela condição.

Manutenção também é a combinação de ações técnicas, administrativas e de supervisão, destinadas a manter ou recolocar um equipamento em condições de desempenhar, eficazmente, as funções para as quais foi projetado.

Representa, ainda, um conjunto de ações sistemáticas e procedimentos que visam a otimizar as condições originais dos equipamentos, introduzindo melhorias para evitar a ocorrência ou reincidência das falhas e reduzir os custos. Deve evitar a indisponibilidade dos equipamentos, abrangendo, desde a aparência externa, até as perdas de desempenho. (Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003).

São atividades da Função Logística Manutenção:

- a) Levantamento das necessidades;
- b) Manutenção preventiva;
- c) Manutenção modificadora; e
- d) Manutenção corretiva.

(Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)

## 10.5 TRANSPORTE

A função logística transporte refere-se ao conjunto de atividades que são executadas, visando ao deslocamento de recursos humanos, material e animais por diversos meios, em tempo e para os locais predeterminados, a fim de atender às necessidades. (Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)

Função Logística Transporte:

Em função da via utilizada, o transporte abrange as seguintes modalidades:

- a) Aéreo;
- b) Aquaviário (oceânico, de cabotagem e em águas interiores);
- c) Terrestre (rodoviário e ferroviário); e
- d) Com emprego de dutos.

São atividades da Função Logística Transporte:

- a) Levantamento das necessidades;
- b) Seleção do modal; e
- c) Gerência de transportes.

(Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)

## 10.6 ENGENHARIA

É o conjunto de atividades que estão orientadas para o planejamento e a execução de obras ou serviços com o objetivo de obter e adequar a infra-estrutura física e as instalações existentes às necessidades das FFAA.

Obra de engenharia é o empreendimento envolvendo conhecimentos e técnicas de engenharia, com a aplicação e/ou emprego de mão-de-obra, matérias e equipamentos.

Serviço de engenharia é a atividade intelectual e/ou física destinada a obter determinada utilidade, envolvendo trabalhos técnico-profissionais de engenharia, tais como assessoria, consultoria, vistoria, perícia técnica, projeto, manutenção, demolição, remoção de benfeitoria e instalações.

Instalação é o sistema integrado de equipamentos, peças, conjuntos e similares, agregado ao solo ou à benfeitoria, com a finalidade de dar suporte físico a uma serventia específica.

Infra-estrutura viária compreende a rede de vias de transporte terrestres (rodovias, ferrovias e dutos) e aquáteis (particularmente as interiores) e os terminais de transporte terrestres, aquáteis e aéreos.

O imóvel é um terreno, com ou sem benfeitoria, que possui um só título de propriedade. Sua obtenção, adequação, manutenção, administração e desincorporação são tarefas afetas à função logística engenharia. (Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)



São atividades da Função Logística Engenharia:

- a) Construção;
- b) Ampliação;
- c) Reforma;
- d) Adequação;
- e) Reparação;
- f) Restauração;
- g) Conservação;
- h) Demolição;
- i) Montagem; e
- j) Avaliação.

(Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)

## 10.7 SALVAMENTO

A função logística salvamento é o conjunto de atividades que são executadas, visando à salvaguarda e ao resgate de recursos humanos e matérias, suas cargas ou itens específicos.

São atividades da Função Logística Salvamento:

- a) Combate a incêndio;
- b) Controle de avarias;
- c) Controle de danos;
- d) Remoção;
- e) Reboque;
- f) Desencalhe ou flutuação de meios; e
- g) Resgate de recursos matérias acidentados, cargas ou itens específicos.

(Logística Militar Terrestre, 2º Edição, 2003)

Todas as Funções Logísticas que incluem nas suas atividades “Levantamento das Necessidades” inserem custos nesse levantamento e utilizam métodos similares ao ABC (Activity-Based Costing).

## 11 - EQUIPAMENTOS DE EMPREGO MILITAR

Cada Força Armada atua em um vetor específico para o cumprimento de sua missão: água, terra e ar. Os vetores se complementam e se integram convergindo para o mesmo objetivo final: a defesa da pátria.

O ambiente de atuação de cada Força Armada exige características específicas dos equipamentos bélicos. A dimensão, a tecnologia, o valor agregado, o treinamento de pessoal e a cauda logística configuram a complexibilidade de emprego desses equipamentos.

O vetor de atuação associado ao perfil do equipamento condiciona a proporção de efetivos distribuídos em cada Força: 65,86%, no Exército; 17,33 % , na Força Aérea e 16,81%, na Marinha ([www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br)). Conseqüentemente, esse fato provoca reflexos na execução e importância de determinadas funções logísticas. Quanto maior o efetivo em homens e mulheres, maiores as necessidades logísticas individuais, o que não significa, necessariamente, maiores custos financeiros, haja vista, que a manutenção de determinados equipamentos ultrapassa significativamente os custos de manutenção de pessoal (alimentação, fardamento, alojamento, assistência à saúde). Entretanto, aqui, não incluímos a cauda previdenciária em nossa análise, focada apenas no curto e médio prazo, mesmo ciente do reflexo no “Custo Brasil” a longo prazo. Esse custo nos países desenvolvidos é absorvido pelo “Custo Nação”, conseqüência natural da importância e projeção de um país no cenário internacional.

## 12 - LOGÍSTICA EM TEMPO DE PAZ

Em tempo de paz a Logística Militar aproxima-se da Atividade Meio, pois visa prever e prover o apoio necessário ao funcionamento dos equipamentos, instalações militares e necessidades individuais de seu pessoal.

A estruturação das FFAA e sua ocupação no território nacional levaram em consideração peculiaridades históricas da política de defesa nacional, o vetor de atuação de cada Força e as características de seus equipamentos.

A Marinha do Brasil, juntamente com sua estrutura de apoio, se faz presente na costa brasileira, Amazônia, Mato Grosso do Sul e, em missão especial, na Antártida. Há órgãos internos de assessoramento, que auxiliam o Comando da Marinha nas decisões corporativas, com reflexo direto no sistema logístico da Força.

Por questões logísticas e estratégicas a estrutura de apoio da MB (Marinha do Brasil) concentra grande parte do planejamento de apoio, ouvidos os escalões interessados, e descentraliza o necessário para execução, que é realizada por arsenais; depósitos; centros de obtenção; hospitais e etc.

O Exército Brasileiro, juntamente com sua estrutura de apoio, se faz presente em todo território nacional. Há órgãos internos de assessoramento, que auxiliam o Comando do Exército nas decisões corporativas, com reflexo direto no sistema logístico da Força.

O planejamento do apoio é centralizado, ouvidos os escalões interessados, porém, tendo em vista a amplitude de sua presença no território nacional e obedecendo as características regionais de mercado, o EB (Exército Brasileiro) transfere grande parte das obtenções, centralizando apenas itens específicos, Material de Emprego Militar e de complexibilidade que tragam reflexos na cauda logística. Essa descentralização é executada por parques de manutenção; batalhões logísticos; arsenais; Batalhões de Suprimento; hospitais e etc.

A Força Aérea Brasileira, juntamente com sua estrutura de apoio, se faz presente em pontos estratégicos no território nacional. Há órgãos internos de assessoramento, que auxiliam o Comando da Aeronáutica nas decisões corporativas, com reflexo direto no sistema logístico da Força.

Por questões logísticas e estratégicas a estrutura de apoio da Aeronáutica concentra grande parte do planejamento de apoio, ouvidos os escalões interessados, e descentraliza o necessário para execução, que é realizada por arsenais; parques; depósitos; hospitais e etc.

Cada Força mantém estruturas tecnológicas internas de controle de seus fluxos de suprimento, manutenção e de RH, entre outros. No geral, esses produtos são desenvolvidos por centros de desenvolvimento de sistemas de cada Força Armada, utilizando a elevada capacitação técnica de seu pessoal. Esses produtos assemelham-se aos ERPs (Enterprise Resource Planning) utilizados na iniciativa privada.

Há uma política de minimização de dependência externa para o atendimento das necessidades das FFAA. Com a criação da Secretaria de Ações Especiais de Longo Prazo o governo brasileiro pretende reforçar o apoio ao MD no sentido de realizar estudos que priorizem as relações contratuais vinculadas à transferência de tecnologia; valorize a indústria nacional, propondo, ainda, uma perspectiva de duração dos fornecimentos que permita ao empresariado materializar investimentos, custos e etc.

### 13 - LOGÍSTICA EM ESTADO DE GUERRA

Em estado de guerra, ao contrário da situação de paz, a Atividade Meio aproxima-se da Logística Militar, pois diversas necessidades são incorporadas às Funções Logísticas.

Doutrinariamente, leva-se em consideração para o planejamento logístico a área de atuação, território nacional ou estrangeiro; o perfil do conflito; a capacidade do inimigo, militar e econômico; sua vontade de lutar e etc. Esses fatores, entre outros, sinalizam para o volume de meios empregados; suprimentos e prováveis ressuprimentos.

A estruturas montadas para realizar Funções Logísticas em proveito das manobras militares, assemelha-se aos CD (Centros de Distribuição) e Centros de Manutenção entre outros, que se escalonam no terreno conforme a missão, as distâncias e tipo de suprimento a ser realizado. Hospitais Militares, quando desdobrados em campanha, podem utilizar sistemas modulares ou containeres para atendimento. Em todos os casos citados pode-se ocupar, também, quando necessário, instalações, adaptadas, existentes nas localidades de operação.

As FFAA consideram imperativo nesse processo a capacitação da economia nacional, em particular do segmento industrial, para garantir o atendimento de suas necessidades e minimizar do impacto desse estado junto à sociedade.

## 14 - SISTEMA DE COMPRAS NAS FFAA

As FFAA utilizam os mecanismos disponíveis na administração pública federal para realizarem suas compras.

A Lei 8.666, de 21 Jun 93, Licitações, juntamente com a Lei nº 10.520, de 17 Jul 02, Instituição do Pregão, e Decreto nº 3.931, de 19 Set 01, Sistema de Registro de Preços, é referencia de procedimentos para as aquisições.

As fases para realização de compras de serviços e bens, uma vez autorizadas a despesa, são as seguintes:

- a) Identificação da necessidade de licitação, atualmente, valores até R\$ 8.000,00 dispensam licitação, porém exigem pesquisa de preço;
- b) Realização do processo licitatório (Convite, Tomada de Preço, Leilão, Concurso, Concorrência ou Pregão);
- c) Ratificação do certame (adjudicação e publicação no Diário Oficial da União);
- d) Empenho da despesa;
- e) Liquidação da despesa (ato de confirmar o serviço ou entrega do bem, parcial ou totalmente); e
- f) Pagamento (última fase da despesa).

Toda a empresa interessada em fornecer para as FFAA deverá estar cadastrada junto ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) e receberá seus pagamentos por intermédio do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira).

Qualquer certame licitatório realizado pela administração pública federal terá seus atos, incluindo o resultado disponibilizado no Site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br); este orienta todos os procedimentos para cadastramento.

Para aquisições de alta tecnologia ou significativo valor agregado, que envolvam acordos internacionais ou, ainda, que necessitem adaptações do sistema de apoio logístico poderão ser utilizados os seguintes instrumentos:

- a) Se houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto, exceto materiais de uso pessoal e administrativos, a licitação será dispensável (Art 24, da Lei 8.666);

- b) Nos casos em que as aquisições de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade se feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou obra ou serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes será inexigível a licitação (Art 24, da Lei 8.666);
- c) Nos casos de acordos internacionais o Poder Executivo levará a proposta de acordo para aprovação pelo Congresso Nacional. Em caso de aprovação poderá ser dispensada a celebração de certame licitatório (Constituição Federal).



## 15 - SISTEMA DE CATALOGAÇÃODAS DAS FFAA

O MD mantém um sistema de catalogação disponibilizado no seu Site [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br), incluindo legislação pertinente.

O que é

É o conjunto de tarefas, normas e procedimentos necessários ao estabelecimento de uma identificação única para cada item de suprimento, representada por um número internacional de treze dígitos. Uma vez catalogado, o item passa a distinguir-se de qualquer outro, facilitando o seu gerenciamento.

Quando Catalogar

A catalogação é realizada quando uma Força Armada necessita exercer o gerenciamento de um determinado item. Qualquer item pode ser catalogado, desde que haja uma necessidade gerencial.

Como Catalogar

A catalogação é executada apenas pelas Agências de Catalogação das Forças Armadas.

A catalogação consiste na reunião dos dados necessários a uma identificação através da enumeração das características físicas e de desempenho de determinado item. Os dados relativos ao fabricante, bem como o código de referência do produto, são também necessários à catalogação.

Os documentos técnicos, fornecidos pelo fabricante, constituem-se no respaldo documental da catalogação, devendo ser arquivados na própria Agência Catalogadora, a qual passa a ser responsável pelas atualizações e consistência dos dados referentes ao item.

Benefícios e Vantagens

### Benefícios Logísticos

- a) Permite o uso de linguagem única por todos os setores que tratam de material;
- b) Promove a concentração de informações sobre itens de suprimento;
- c) Favorece a um controle gerencial dos itens;
- d) Permite a redução de áreas de armazenagem; e
- e) Facilita o apoio logístico integrado entre usuários do sistema (forças e países).

### Vantagens Comerciais

- a) O Brasil passa a ser reconhecido como um país que detém um nível elevado de informações sobre seus itens, o que repercute na indústria de modo geral; e
- b) Os itens catalogados e seus respectivos fabricantes passam a ser conhecidos por mais de 50 países.

## 16 - Conclusão

O surgimento da logística militar no Brasil adveio de necessidades peculiares da época: defesa da costa e do território contra sucessivas invasões e, também, as características dos equipamentos e animais utilizados naquela época.

O cenário de evolução política iniciado com o Brasil colônia, elevado, posteriormente, a Reino Unido e Algarves, somando ao advento da independência e finalmente o surgimento da República, com seus conflitos internos e externos, moldaram o que são hoje as Forças Armadas do Brasil.

Em particular na fase iniciada com a consolidação da República houve um aumento de ênfase na criação de quartéis, principalmente do Exército, em função de aspectos de defesa do território ou de políticas internas.

A estrutura das Forças Armadas seguiu adaptando-se aos momentos históricos de nosso país, associado à peculiaridade de seu vetor de atuação.

As FFAA procuram incorporar em sua estrutura novos formatos para gestão de seus processos, destacando-se os aspectos relacionados à tecnologia como meio facilitador de gestão ou como setor isolado de gerenciamento de equipamentos de alta tecnologia; exemplos dessa iniciativa é a Diretoria de Aviação do Exército, o Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial da Aeronáutica e a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação da Marinha, entre outros organismos.

A divisão das gestões de atividades em dois campos de atuação, meio e finalístico, permitem a identificação e priorização das tarefas a serem realizadas, mantendo a relevância devida à missão constitucional, evitando desvios de prioridade.

A procura pelo aperfeiçoamento dos modelos de gestão em proveito da logística levou o governo a propor ao Congresso Nacional a aprovação da Lei 11.631, sancionada em 27 de dezembro de 2007, Lei de Mobilização. Esse diploma orienta o Governo Federal na gestão dos processos de obtenção dos meios necessários ao esforço de guerra. Conseqüentemente, todos os comandos militares, inclusive, alguns ministérios deverão adaptar-se a nova lei.

A estruturação da logística em níveis de atuação, de Estratégico Nacional até o Nível Tático, permite a materialização dos diversos vetores de comprometimento,

atribuindo-lhes responsabilidades de gestões políticas, planejamento gerencial e executivo, convergindo para a execução de tarefas, seu nível mais elementar.

As fases da logística militar, advinda de longa experiência e estudo, iniciada com a determinação das necessidades e finalizando-se com a distribuição, permite materializar a organização dos processos logísticos e identificar as melhores formas de atendimento das necessidades.

Ao se definir logística militar; função logística; atividade logística e tarefas, procura-se dimensionar e agregar os trabalhos logísticos, partindo-se do nível gerencial e atingindo a etapa executiva da tarefa, além de relacionar atividades correlatas.

As Funções logísticas agregam-se em atividades correlatas, visam facilitar o planejamento e execução da atividade logística.

As Funções logísticas nas FFAA basicamente atendem as necessidades e peculiaridade de cada Força. O Ministério da Defesa vem propondo a realização de estudos no sentido de aproximá-las, na medida do possível.

Os equipamentos militares são uma variável determinante no planejamento logístico. A cauda logística, as estruturas de manutenção, as necessidades em peças de reposição e outros aspectos são condicionadas à complexibilidade do equipamento.

A estrutura logística em tempo de paz aproxima-se, naturalmente, da atividade meio, pois prioriza o funcionamento dos equipamentos, instalações, suprimentos e recursos humanos visando o adestramento da tropa para o cumprimento de suas missões constitucionais.

O processo histórico, o momento de surgimento de cada força armada, as peculiaridades e necessidades, estratégicas ou particulares, determinaram o formato da ocupação das FFAA no território nacional, e, conseqüentemente, a estrutura logística em tempo de paz. Nesse contexto a logística em tempo de paz procura atender as demandas existentes em cada força.

A recente criação da Secretaria de Ações Especiais de Longo Prazo materializa o esforço do governo em tratar as questões de Defesa Nacional com a relevância devida. Vários estudos vêm sendo realizados no sentido de identificar nossas vulnerabilidades, apontar soluções e propostas para realização de projetos de médio e longo prazo. Existe uma preocupação em minimizar a dependência

estrangeira de tecnologia militar e, também, de capacitar, dentro do possível, o parque industrial brasileiro para produção bélica necessária, visando dar suporte as atividades de nossas FFAA.

Em tempo de guerra há o predomínio da atividade finalística. Todos os meios disponíveis são direcionados para o esforço principal. As estruturas se moldam ao perfil do conflito. Utilizam-se as instalações disponíveis, acampamento em barracas, sistemas de containeres e etc, tudo visando o atendimento das necessidades, observadas as peculiaridades do tipo de apoio logístico prestado e suprimentos a serem fornecidos.

Atualmente, existe no governo brasileiro uma real preocupação com o reflexo para economia nacional, no caso de mudança de estado de paz para guerra; entretanto, essa preocupação, ainda, encontra-se em fase inicial de estudos.

O sistema de compras das FFAA cumpre os diplomas legais existentes que regulam esse procedimento. Existem nas próprias regulamentações, instrumentos de exceção, aplicados nos casos necessários; porém, em estado de guerra o Presidente da República, assessorado pelo Conselho de Defesa Nacional poderá propor medidas específicas sobre aquisição dos meios necessários ao esforço de guerra.

A catalogação consiste em uma proposta de normatizar na identificação de itens de suprimento, utilizando-se padrões internacionais. Esse procedimento visa, também, atender as necessidades de internacionalização da produção bélica ou similar para o mercado internacional. Assim, a empresa brasileira consegue apresentar seus produtos ao mercado bélico mundial.

O Ministério da Defesa mantém um sistema de catalogação disponibilizado no seu Site [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br), incluindo legislação pertinente.

Assim, as FFAA apresentam-se como instituições voltadas para sua missão constitucional, modernizando e adaptando seus conceitos logísticos ao novo cenário mundial e, principalmente, as características da economia nacional.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

LUIZ KOSHIBAE DENIES M.F.P. HISTÓRIA DO BRASIL. EDITORA ATUAL, 7ª EDIÇÃO.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE, MANUAL DE CAMPANHA MILITAR, 2ª EDIÇÃO.

PORTARIA Nº 614. DOCTRINA LOGÍSTICA MILITAR. MINISTÉRIO DA DEFESA, 24/10/2002.

LEI Nº 11.631, LEI DE MOBILIZAÇÃO. MINISTÉRIO DA DEFESA, 27/12/2004.

LEI Nº 8.666. LEI DE LICITAÇÕES. MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO, 21/06/1993.

LEI Nº 10.520, PREGÃO NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO, 17/07/2002.

DECRETO Nº 3.931, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO, 19/09/2001.

PORTARIA Nº 259/SELOM. NORMA OPERACIONAL E O MANUAL DO SISTEMA MILITAR DE CATALOGAÇÃO. MINISTÉRIO DA DEFESA, 02/04/2003.

PORTARIA NORMATIVA Nº 813/MD; CLÁUSULA CONTRATUAL DE CATALOGAÇÃO. MINISTÉRIO DA DEFESA, 24/06/2005.

MANUAL DO SIAFI (SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA). BRASIL. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. MANUAL SIAFI, BRASÍLIA, DF, 2001.

REVISTA DE INTENDÊNCIA. DAS PÁGINAS DA HISTÓRIA. EDIÇÃO SEMESTRAL, Nº 2 – 2005. POLO PROMOTORA DE VENDAS.

REVISTA DE INTENDÊNCIA. SURTO E EVOLUÇÃO DA INTENDÊNCIA, EDIÇÃO SEMESTRAL, Nº 1 – 2005. POLO PROMOTORA DE VENDAS.